



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000007384

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Execução Penal nº 0015038-62.2024.8.26.0050, da Comarca de São Paulo, em que é agravante DAIANE DOS SANTOS BEZERRA SILVA, é agravado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 14ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MARCO DE LORENZI (Presidente sem voto), FÁTIMA GOMES E HERMANN HERSCHANDER.

São Paulo, 9 de janeiro de 2025.

AMARO THOMÉ

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

AGRAVO DE EXECUÇÃO Nº 0015038-62.2024.8.26.0050
COMARCA DE SÃO PAULO
AGRAVANTE: DAIANE DOS SANTOS BEZERRA SILVA
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO
VOTO Nº 36.659

**AGRAVO EM EXECUÇÃO – PLEITO DE
EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE
INDEPENDENTEMENTE DO PAGAMENTO DA
SANÇÃO PECUNIÁRIA – IMPOSSIBILIDADE –
TEMA 931 DO COL. SUPERIOR TRIBUNAL DE
JUSTIÇA - HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO
COMPROVADA – AGRAVO NÃO PROVIDO.**

Cuida-se de agravo interposto por **Daiane dos Santos Bezerra Silva** contra a r. decisão copiada a fls. 37/41 que, nos autos da Execução nº 1042502-78.2023.8.26.0050, processada perante a 1ª Vara das Execuções Criminais da Comarca de São Paulo, indeferiu a extinção da punibilidade da pena de multa que lhe foi imposta.

Pretende a agravante, em síntese, a reforma da r. decisão e a extinção da punibilidade, independentemente do pagamento da multa, nos termos do tema 931 do C. Superior Tribunal de Justiça. Sustenta que é assistido pela Defensoria Pública, havendo presunção relativa da sua situação de hipossuficiência econômica, ainda mais considerando que, na ação pena, o valor unitário dos dias-multa foi estabelecido no

mínimo legal. Subsidiariamente, pede que este Tribunal se manifeste expressamente, para fins de prequestionamento, sobre o motivo de não incidir a tese definida pelo STJ no tema 931 e o que dispõe o artigo 927, III, do Código de Processo Civil, conforme exigem as súmulas 282 e 356 da Suprema Corte (fls. 01/05).

Processado o recurso, contrariado (fls. 61/66), mantida a r. decisão vergastada (fl. 68), opinou a D. Procuradoria de Justiça pelo não provimento do recurso (fls. 76/78).

Não houve oposição ao julgamento virtual.

É o relatório.

O recurso não comporta provimento.

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal, na ADI 3150/DF, firmou o entendimento de que a pena de multa imposta em condenação criminal mantém a sua natureza de sanção penal, que lhe é inerente por força do art. 5.º, inciso XLVI, alínea c, da Constituição da República, destacando a legitimação prioritária do Ministério Público para a sua execução perante a Vara das Execuções Penais.

Assim, ainda que considerada como dívida de valor, a pena de multa não perdeu seu caráter de sanção penal, razão pela qual, não se pode declarar extinta a punibilidade antes de seu adimplemento.

Registra-se, portanto, que a pena de multa constitui espécie de sanção penal, de modo que só pode ser considerada extinta nos exatos termos da lei.

Ademais, essa C. Câmara já teve oportunidade de decidir que *“independentemente da circunstância de o valor da sanção pecuniária ser inferior ao equivalente a 1.200 (mil e duzentos) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo ('UFESPs'), deve remanescer a possibilidade de que seja cobrada, já que não há que se confundir a extinção da punibilidade do agravado, cujos efeitos ressoam em âmbito penal, com a extinção de sanções com as quais ele ainda deve arcar, mesmo que não mais perante o Juízo da Execução Penal”* (Agravado em Execução nº 0009293-34.2020.8.26.0344, julgado em 17.3.2021).

Outrossim, não se desconhece o teor atualizado do Tema 931 de Recursos Repetitivos do Colendo Superior Tribunal de Justiça, o qual orienta que *“O inadimplemento da pena de multa, após cumprida a pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos, não obsta a extinção da punibilidade, ante a alegada hipossuficiência do condenado, salvo se diversamente entender o juiz competente, em decisão suficientemente motivada, que indique concretamente a possibilidade de pagamento da sanção pecuniária”*.

Desta forma, para que se declare extinta a pena de multa sem o seu adimplemento, de rigor que o sentenciado comprove não possuir meios de saldar seu débito com o Estado,

podendo ele, em caso de dificuldades financeiras, pleitear, inclusive, o parcelamento da multa.

No caso dos autos, a agravante não comprovou a impossibilidade econômica absoluta de efetuar o pagamento da multa e tampouco emitiu uma declaração de miserabilidade.

O ônus de provar a impossibilidade de cumprimento da pena de multa, portanto, recai sobre a sentenciada, não servindo a mera alegação de situação de pobreza, a mera presunção pelo fato de estar sendo defendida pela Defensoria Pública, ou o fato de ter sido fixado o valor unitário dos dias-multa no mínimo legal.

Por fim, expostas com clareza todas as razões relevantes para rejeitar o pedido, não há que se fazer expressa referência aos dispositivos legais violados para fins de prequestionamento.

Ante o exposto, **nego provimento** ao agravo.

AMARO THOMÉ
Relator